

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES EM UM PAÍS SOCIALISTA*

Witold Morawski**

Resumo

O autor examina as transformações recentes nas formas de participação dos operários no gerenciamento industrial em países socialistas com ênfase especial no caso da Polônia. O texto lida com as relações estabelecidas entre as mudanças institucionais de caráter social, econômico e político e estabelece algumas projeções acerca dos rumos da modernização das várias formas de gerência industrial naqueles países para as próximas décadas.

Qualquer discussão sobre a participação dos trabalhadores em um país socialista precisa considerar, simultaneamente, algumas dimensões diferentes:

- 1 – Doutrinária, que levanta a questão de como deve ser a participação dos trabalhadores;
- 2 – Institucional, que busca responder a questão de como realmente funciona;
- 3 – Teórica, que considera a questão sobre o tipo de participação que os trabalhadores podem ter em relação à estrutura econômica, política e sócio-cultural.

A dimensão doutrinária

A questão da participação dos trabalhadores pode ser considerada sob vários pontos de vista, os quais constituem-se em duas grandes di-

* Traduzido por Samia Kouzak e João Gabriel L. C. Texeira.

** Professor no Institute of Sociology, Warsaw University, Polónia.

ferentes tradições teórico-ideológicas de democracia industrial. Uma delas é a tradição weberiana, cuja tese maior é aquela em que a vitória da organização burocrática significa a substituição da racionalidade "substancial" pela racionalidade formal, expressando-se, na prática, na centralização do poder nas mãos da elite burocrática ou profissional. Esta tendência é comum à todas as civilizações contemporâneas. Ela afeta também os trabalhadores que não sendo os proprietários dos meios de produção, não têm controle sobre o processo de trabalho, para não mencionar a ausência de poder na organização industrial. Essa tendência não pode ser verificada pela revolução socialista. Na opinião de Weber, o socialismo pode igualar as piores coisas: mais que o capitalismo, aumentará em número e em poder a burocracia. Esse pessimismo de Weber foi atenuado pela aceitação da possibilidade do controle democrático dessas elites.¹ Robert Michels, um discípulo de Weber, foi ainda mais pessimista. Na sua *lei de ferro de oligarquia*, declara que "quem fala em organização, fala em oligarquia".

A segunda tradição provém dos clássicos do marxismo-leninismo. Suas posições foram otimistas, desde que ambos, Marx e Lênin, previram a liquidação do sistema capitalista, através de uma revolução, como uma condição para assegurar a ampla participação do povo nos processos do trabalho. Também não tinham a ilusão de que isso pudessem ser alcançado no nível de uma empresa capitalista. Por exemplo, Marx ridicularizou várias ilusões de democracia industrial que encontrou em sua época.

O que talvez seja mais interessante é o objeto das instituições específicas, cuja função deve ser considerada dentro dos projetos de uma nova ordem social. Isso interessa mais e primeiramente ao Estado e ao partido. Com referência ao Estado, Lênin, assim como Marx e Engels anteriormente, traçou a trajetória para a sua superação. Isso significava o desaparecimento de órgãos especiais, separados do resto da sociedade, e que na execução das funções por eles anteriormente realizadas foi substituída pelas ações das próprias massas. Isso também significava, gradualmente, o desaparecimento da natureza política de todas as funções públicas – executadas diretamente pelas massas e, indiretamente, pelos órgãos especiais – o que demonstra que precisavam deixar de ser instrumentos da classe dominante.² Sobre a questão do papel do Estado, contudo, Lênin tomou a seguinte posição: "... mas o socialismo não pode ser introduzido por uma minoria, o partido. Ele pode ser introduzido por dezenas de milhões..."³

Em outras palavras, os clássicos trataram a participação do povo no poder como um valor autotélico. O propósito de desenvolver novas formas de democracia pode ser buscado, em suas opiniões, não apenas em benefícios materiais diretos, que pode trazer aos trabalhadores e à economia, mas também, e talvez acima de tudo, na realização de valo-

res, tais como a necessidade de democracia, a necessidade de desalienação do trabalho etc...

Nos países socialistas atuais, a realização do princípio de introduzir as massas nos processos de governo passou por diversas fases. A respeito das citações mencionadas acima, pode ser facilmente provado que quando existe um conflito entre democracia e efetividade, Lênin, ele próprio, estava do lado da efetividade, da eficácia. Por exemplo, ele tomou a posição de que a gerência por um só homem é a solução melhor, porque as massas não estão suficientemente educadas para fazer escolhas profissionais. Isso, finalmente, levou à restauração das práticas tradicionais e da hierarquização durante a era de Stálin. Os sindicatos foram transformados em correias de transmissão do centro do poder para a sociedade etc.

Pode-se, inclusive, fazer uma afirmação ainda mais geral: até o momento, o prognóstico de Weber parece ser mais correto do que o de Marx. A organização com o sistema de poder hierárquico é o tipo de organização industrial mais difundido, tanto no socialismo como no capitalismo. Nas décadas recentes, contudo, tem havido uma tendência crescente de transformações das organizações burocráticas no capitalismo, enquanto na Europa do Leste, a participação dos trabalhadores está se tornando cada vez mais prevacente. Nem Weber ou Marx anteciparam isso. Com respeito ao socialismo, por outro lado, ainda falta um longo caminho até a realização da visão de Marx. De fato, nós temos que lidar com a situação que Weber previu e que vingou. É bastante correto chamar-se este socialismo de sistema burocrático. Contudo, não se pode fechar os olhos às diversas forças sociais, tais como os trabalhadores das grandes empresas, que estão lutando para transformar o atual sistema burocrático em um sistema "corporativo-consultivo" ou, até mesmo, em um sistema democrático. Isso toma várias formas em diferentes países socialistas, e são especificamente interessantes na Iugoslávia e Polônia.

Na Iugoslávia, o interesse por problemas relacionados com a participação direta dos trabalhadores e cidadãos nos processos de tomadas de decisões tem crescido desde os anos 50. Este interesse tem sido fortalecido pelo reconhecimento do "autogoverno social", enquanto organização central e instituição política. Os iugoslavos tinham se oposto à visão encontrada em outros países socialistas de que a idéia de autogerência é uma idéia anarco-sindicalista, e que não faz parte da concepção marxista de socialismo. Para os teóricos da Iugoslávia, a principal condição para a superação do Estado não foi tanto a nacionalização dos meios de produção quanto a sua socialização, a qual consistiu precisamente na autogerência dos produtores. De acordo com suas idéias, os meios de produção não são nem propriedade do Estado, co-

mo em outros países socialistas, nem propriedade de um grupo – pois isso poderia ser chamado meramente de anarco-sindicalismo – mas é nomeado como “propriedade social”. De acordo com a pressuposição da doutrina do socialismo de autogerência que a Iugoslávia desenvolveu, o modelo de socialismo de Estado, em que o poder pertence ao partido revolucionário enquanto vanguarda da classe trabalhadora, é ideologicamente menos atraente e está bastante distante do marxismo. Dessa forma, a sua atitude em relação ao partido e ao Estado é negativa, pelo menos teoricamente, porque na prática essas instituições tiveram o mesmo papel que em outros países socialistas. Mas, falando teoricamente, a instituição da autogerência dos empregados na Iugoslávia é, como se fosse, introduzida de “cima para baixo”: pelo partido e pelo Estado.⁴

Enquanto as experiências da Iugoslávia apontavam diretamente para as origens políticas da autogerência dos trabalhadores, a qual foi subsequente e fortalecida com a introdução de novos mecanismos econômicos, a experiência da Hungria parece se oposta. A Hungria é conhecida por ter levado a cabo uma bem sucedida reforma econômica iniciada em 1968. Essa reforma pode ser chamada de reforma gerencial. Contudo, em meados dos anos 80, corpos de autogerência também foram introduzidos na Hungria. Sua principal característica era que estavam estritamente vinculados à uma reforma econômica. Essas novas medidas pareciam resultar da necessidade de fortalecer a reforma. Os corpos de autogerência alcançaram várias competências em assuntos de importância estratégica, dependendo do tamanho da empresa. Firmas de menor e de médio porte obtiveram mais prerrogativas. Essas mudanças foram uma expressão de transformações evolutivas que não foram forçadas por circunstâncias excepcionais.

Em outros países socialistas, o tema da autogerência não ocupou um lugar central na teoria ou na prática da construção do socialismo. Em alguns desses países, contudo, o escopo da participação social em decisões econômicas e em outras decisões tem expandido, mais freqüentemente, na forma das assim chamadas “consultorias sociais”, por exemplo, na Bulgária. Comparado com esse, o caso da Polônia é particularmente interessante. A concepção de autogerência implementada na Polônia é diferente do modelo iugoslavo. A principal diferença é que, na Iugoslava, uma instituição teoricamente substituiu o Estado, enquanto que na Polônia a solução adotada foi a coexistência do Estado e da autogerência. Isso estava expresso pela assim chamada concepção de “co-gerência”, em substituição da gerência pela autogerência dos empregados. Na Polônia, as discussões sobre o modelo de autogerência dos empregados aconteceram duas vezes: nos anos de 1956 a 1958 e nos anos de 1980-81, e foram discussões tumultuosas. Nos anos 1956-58, a discussão se centrou na descentralização das decisões

econômicas. As discussões dos Conselhos de Trabalhadores foram então colocadas dentro do contexto da questão de quem poderia realizar essas funções descentralizadas e como. Os favoráveis às posições anarco-sindicalistas propuseram a quase completa transferência dessas funções aos Conselhos de Trabalhadores, enquanto que os proponentes da posição tecnocrática sugeriram fazê-los ou torná-los alguma coisa semelhante a grupos sociais de *experts* em gerência. Naquela época, a posição conciliadora prevaleceu. Assumiu-se a co-gerência de empresas pelos Conselhos de Trabalhadores e, após 1958, pela Conferência dos Conselhos de Trabalhadores, mas o diretor continuava a gerenciar a firma sozinho.⁵

O debate foi levantado novamente em 1981, mas nessa época ele dizia respeito a alguma coisa mais do que encontrar um local para a autogerência dos empregados em um sistema de planejamento e gerência, como antecedeu em 1956-58. A concepção oficial foi uma forma mais madura de realização através desses corpos de funções descentralizadas, os quais tinham sido reservadas para uma gerência do mais alto nível. De fato, contudo, ela significou indiretamente uma centralização – através de medidas econômicas, tais como impostos, preços, créditos etc – das decisões empresariais. Por outro lado, de acordo com a concepção do “Solidariedade”, a autogerência dos trabalhadores era suposta como uma instituição autônoma tomando o poder na economia, ou seja, substituindo o poder do aparato do Partido – do Estado, pelo poder dos ativistas da autogerência dos trabalhadores – ou ativistas dos sindicatos de autogerência. De acordo com essa concepção, a autogerência dos empregados foi o embrião do que foi chamado de “república do autogoverno”⁵.

Atualmente, duas diferentes concepções foram, simultaneamente, promovidas e implementadas na Polônia: 1^a) a concepção oficial de autogerenciamento como uma instituição de co-gerência; 2^a) a concepção formulada e realizada espontaneamente pelos membros ativos do “Solidariedade”. Como essas concepções foram realizadas, apresentarei na próxima parte desse trabalho. Aqui, desejo apenas mencionar que, nos anos 80, o paradigma da socialização substituiu o paradigma de descentralização da reforma econômica, o qual tinha sido dominante desde os anos 50. O final dos anos 80 trouxe novos problemas. Primeiro de tudo, os neoliberais triunfantes afirmaram que a mercantilização e a privatização excluíam a possibilidade de uma aceitação maior do paradigma da socialização. Eventualmente, prontificaram-se a promover a idéia da propriedade dos trabalhadores como uma das muitas formas de privatização da economia de Estado. Os sociais-democratas, por sua vez, enfatizando as virtudes de uma economia multisetorial, não apenas vêem as oportunidades dos movimentos de autogerência, mas percebem-nas

enquanto instituições necessárias por razões políticas: a crise econômica ameaçando as empresas industriais, baixando o padrão de vida etc. Além dessa discussão, existem outros fatores que poderiam dificultar a perspectiva de autogerência, isto é, as mudanças do sistema político, as quais introduzem instituições de representações democráticas e as torna largamente aceitáveis. Em tal situação, a necessidade de uma democracia direta não era urgente como tinha sido no passado.

A dimensão institucional

A experiência prática com a autogerência tornou possível algumas conclusões. As experiências polonesas são as seguintes:

1ª – O funcionamento da autogerência de empregados em condições de centralização das decisões econômicas e políticas é difícil, mas não impossível. Sem oferecer liberdade às empresas, no sentido de ações de autogerenciamento, os órgãos se tornam órgãos formais, no melhor dos casos, enquanto corretores, *ex post*, das decisões da administração econômica, ou também desempenham, ainda que pobremente, funções de mobilização da atividade produtiva dos trabalhadores fabris. Poderíamos dizer que o funcionamento desses órgãos é determinado primeiro, e antes de tudo, pelas soluções de poder nas empresas, as quais, por sua vez, refletem geralmente os mecanismos políticos, econômicos e sociais. A situação desses órgãos está um pouco melhor agora do que antes de 1980, a despeito do fato de que as relações de poder impedem de ter uma influência decisiva nas decisões estratégicas das empresas: investimentos, indicação do diretor-gerente etc. Essa não é uma instituição cerimonial, ainda que, talvez, não mais que 15 a 25 por cento dos órgãos de autogerência estejam ativos, ou não mais que 15 por cento deles participem atualmente das decisões mais importantes na empresa. Isso significa que a reforma econômica tem melhorado sua posição nos anos 80, em comparação aos anos 70, quando quase todos os órgãos de autogerência eram formais. Deveria acrescentar que os órgãos mais fortes estão nas empresas maiores e crescendo nos centros das classes trabalhadoras.

2ª – A atitude da gerência econômica, no sentido da autogerência dos trabalhadores, é geralmente instrumental, se não manipulativa. Ela é vista pela gerência, tanto como uma assessoria do *staff* gerencial, em barganha por vários recursos fora da fábrica, quanto como ajudantes da gerência para mobilizar os trabalhadores afim de que trabalhem mais efetivamente. Uma mudança nessas atitudes seria possível se a autogerência dos trabalhadores fosse um poder real contra a administração econômica, a qual tem garantido, legal e faturalmente, autoridade em certos assuntos. Órgãos de autogerência não têm tais posições até o

momento. A posição da alta gerência não é ainda contestada, assim como os trabalhadores de nível médio e os engenheiros – o *staff* técnico – têm mais influência que os Conselhos de Trabalhadores.

3^a – A atitude dos empregados é cheia de paradoxos. Os empregados parecem amar mais a idéia do que a própria instituição. Por exemplo, parecem relutantes em participar efetivamente dela. Durante anos, aprimoraram seus apoios universais mas, na totalidade, não têm demonstrado interesse no seu trabalho. Cerca de 2/3 dos trabalhadores afirmam que não sentem a necessidade de se envolver pessoalmente em questões sociais, embora cerca da mesma proporção afirme que a gerência demonstra pouco interesse neles. Isso é assim, a despeito do fato de que as pessoas estão conscientes de que ela é a instituição democraticamente eleita por eles próprios. Uma visão largamente compartilhada, de que os órgãos de autogerência dos trabalhadores deveriam participar nas tomadas de decisões no nível nacional, aparecem nos anos 80, em larga escala entre os trabalhadores, entre os organizadores da autogerência e, o que é mais interessante, também entre altos órgãos executivos, na divisão de renda nacional, tomando parte dos trabalhos do Parlamento etc. Isso era consistente com a opinião de que essa instituição pode ser acreditada, e na opinião pública, ela só está atrás da Igreja. Ao mesmo tempo, um em cada quatro gerentes, um em cada cinco trabalhadores, e, um pouco menos de um em cada polonês, estão satisfeitos com a sua presente atividade.

4^a – Existe grande maleabilidade, não apenas nos regulamentos formais da autogerência dos empregados, mas, mais importante, a posição real dessa instituição é resultante da maleabilidade de vários fatores: mecanismos de planejamento e gerenciamento, atmosfera política dentro da empresa, interesse dos trabalhadores na atividade social, inter-relações indefinidas com outras organizações sociais etc. Assim, temos tido períodos de atividades bastante intensivas dessas instituições – geralmente não muito longas – e períodos maiores em que essa atividade esmaeceu. O interesse pelas instituições cresce durante o período de rebelião social, e esmaece nos períodos de estabilização. Novas questões estão aparecendo agora. Elas estão ligadas com os processos de reforma. O novo paradigma é dirigido não tanto no sentido da socialização, quanto no sentido da introdução de mecanismos de mercado e privatização. Isso pode ameaçar o movimento de autogerência dos empregados. É mais do que provável que o mecanismo de mercado trará numerosas configurações, as quais poderão separar as necessidades do povo e as aspirações participativas da possibilidade de satisfazê-las. Desta vez, poderão ser de caráter econômico, como foram de caráter político no passado, antes dos anos 80, e de novo, nos anos 80.

5^a – Ocorre uma transformação na função principal das insti-

tuições de democracia industrial que, de mera substituta das instituições de democracia política passa a ter funções mais especializadas. O ponto é que a maior parte das discussões, sobre economia polonesa nos 80, foi centralizada, direta ou indiretamente, sobre a democracia, mais precisamente sobre sua falta. Isso ocorreu dessa forma, a despeito dos esforços do centro político que, por um longo período, preferiu restringir a discussão e as ações na reforma econômica e deixar as reformas políticas intocadas. É igualmente importante enfatizar que as discussões sobre os problemas democráticos eram inicialmente, e frequentemente, reduzidas a problemas de democracia industrial. Uma tendência que ficou visível no início dos anos 80, foi a de tratar o sindicato "Solidariedade" não apenas como meio de defender os interesses dos trabalhadores, mas também como defensor de plataformas mais amplas para a modificação do contexto político no qual as empresas industriais operavam. O sindicato "Solidariedade", como instituição de democracia industrial, serviu de substituto para a democracia política. O mesmo estaria acontecendo com os órgãos de autogerenciamento em 1981 e mais tarde.

Simultaneamente, o "Solidariedade" e também os órgãos de autogerência eram tratados como embriões da sociedade civil no local de trabalho, isto é, instituições de cidadãos independentes do Estado. A necessidade de construir estruturas alternativas para a ordem estatista existente tornou-se aguda após a introdução da Lei Marcial em 1981, quando o centro do poder começou a levar a cabo a "estratégia da normatização", na qual, por exemplo, sindicatos oficiais tinham que ser criados de cima para baixo. Ao contrário da experiência anterior, uma característica única dos anos 80 foi a rápida emergência de contra-medidas por parte da sociedade para opor-se à estratégia acima, que, finalmente, conduziram ao seu colapso.⁷

Uma tendência recente é tratar as instituições de democracia industrial enquanto instituições especializadas. No caso dos conselhos de empregados, isso significaria a participação nas decisões econômicas e de produção junto à gerência da empresa, não necessariamente tomando o poder na empresa. No caso do sindicato, isso significou a redução de suas atividades para a questão dos salários e condições de trabalho. Essas tendências se tornaram mais fortes logo que as reformas políticas foram iniciadas, após as conversas de mesa redonda em 1989. Essas conversações resultaram em eleições livres etc., isto é, na criação de instituições representativas democráticas. Isso significou a remoção dos novos interesses políticos das empresas e o seu encaminhamento para as instituições democraticamente eleitas e representativas, além do redirecionamento da atenção social das instituições diretas participativas para as instituições indiretas-representativas.

Como vimos, há um longo caminho a partir das declarações ideológicas e pragmáticas até a implementação dessas idéias na prática. Temos agora conhecimento considerável das barreiras que impedem a realização do co-gerenciamento e autogerenciamento dos empregados nas realidades econômicas do Estado e na forma autocrática de governo. Esses órgãos poderiam ser facilmente transformados em órgãos ritualísticos. Também aprendemos com as experiências dos anos 80, quando o paradigma de socialização foi praticado sob a pressão das massas, que as concessões feitas pelo centro do poder aos empregados das indústrias não eram boas o suficientes no sentido de proverem infra-estruturas democráticas para a sociedade. Democracia concessionária poderia ser tratada como um ganho mas não como uma democracia real, porque demanda mudanças mais significativas, não apenas na esfera da política – sob a pressão da sociedade – mas também na esfera da economia, o que quer dizer na esfera dos mecanismos de mercado, relações de propriedade etc., e que parece ser bem mais difícil que na esfera sócio-política. É característico que no protesto social na Polônia, no começo dos anos 80, os empregados industriais não promoveram tanto a idéia de autogerenciamento como a idéia de sindicatos autônomos e autogovernados. Mas é também característico que, poucos meses depois, promoveram a idéia de participação e autogerência. Ficaram satisfeitos em ter uma palavra a dizer sobre assuntos sociais, através dos sindicatos, e também desejaram participar nas decisões gerenciais acerca da produção e de assuntos econômicos nas empresas e acima delas.

A dimensão teórica

Democracia industrial está primeiro e primordialmente relacionada com as formas de articulação e resolução de problemas de interesse dos próprios empregados. Essas formas podem ser diretas, quando os próprios empregados tomam essas decisões, ou indiretas, através de seus representantes. Em ambas as situações, isso significa uma redução do poder ou sua tomada completa pelos empregados, com quer que isso seja definido. O escopo das atividades da autogerência dos empregados difere de país a país. Existem vários esquemas de participação social, mecanismos de consulta, prática de co-gerência e, finalmente, firmas gerenciadas por trabalhadores etc. Os significados dessas instituições podem ser diferentes em diferentes condições.

O significado de participação social ou autogerência é fortemente influenciado pela lógica do sistema no qual passam a existir. Isso se aplica também à noção de eficácia econômica da participação social. No Japão, mais freqüentemente, significaria um nível mais elevado de tecnologia; nos EUA significaria provavelmente maior lucro; na RDA

poderia significar menor número de greves da classe trabalhadora; na Suécia poderia significar o aumento do compromisso dos trabalhadores com a firma e mais processos democráticos de tomada de decisões no plano do Estado, alcançado através do relacionamento cooperativo entre importantes atores sociais. Nossa tese é que, no sentido de mostrar um quadro compreensivo do papel da democracia industrial, no mundo ocidental, tem-se tentado mostrar uma variedade de ligações entre as causas que levaram à criação daquelas várias instituições políticas, econômicas e sociais. Estamos inclinados a dizer que poderíamos esperar algo similar na Europa Central do Leste, isto é, uma variada configuração entre ambientes de democracia industrial, políticos, econômicos e sociais.

Deixe-nos começar com a caracterização das relações entre democracia industrial e o sistema político. De fato, os problemas dizem respeito também à autonomia econômica da forma vis-a-vis o domínio político. O domínio político está desempenhando um papel cada vez maior em determinar o que acontece na produção e na esfera econômica. No Ocidente, se expressa no crescente papel que tem tido, em décadas recentes, instituições tais como sindicatos de trabalhadores, o governo, partidos políticos, autoridades municipais etc. A isso tudo poderia ser adicionado outra instituição, desta vez formada por empregados que poderiam controlar as decisões produtivas e econômicas. Muitos economistas, frequentemente de inclinações conservadoras, são da opinião de que isso poderia ameaçar a identidade do sistema, o qual deixa a maior parte das decisões para as forças de mercado e para as propriedades privadas. Esse sistema alcançou grande sucesso.

Receios similares têm sido expressos na economia socialista em décadas recentes. Existe uma crença, largamente difundida, de que uma subordinação excessiva da economia à política prejudica mais do que beneficia a primeira. Assim, as formas de cada subordinação estão sendo modificadas – de diretas, administrativas, para mais indiretas, paramétricas e, recentemente, mais totalmente abandonadas. Todos os postulados começam com a sugestão de tornar a firma mais independente.

De que forma esses processos estão ligados com os problemas da democracia industrial? No Leste, a luta para proteger os interesses dos trabalhadores pode ser garantida através das instituições de democracia política, e primeiro e, sobretudo, através de eleições democráticas para o Parlamento, através da influência dos sindicatos nos partidos políticos etc. Essa via indireta não tem sido sempre satisfatória para os empregados na indústria. Assim, em dado momento começam a formar sindicatos. Recentemente, a idéia de participação dos trabalhadores está se institucionalizando, estendendo a influência dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão nas empresas.

Na Polónia aconteceu algo semelhante, ao reverso. Instituições de democracia industrial conduziram esse processo através da ação, enquanto substitutas para as instituições de democracia política. Desde que os cidadãos trabalhadores não tinham outra possibilidade real de proteger seus interesses ameaçados e nenhuma influência real sobre o processo político mais amplo, começaram a transformar a empresa e suas instituições de democracia industrial em órgãos com metas políticas e sociais. Isso foi um processo natural porque as instituições políticas tampouco eram muito rígidas, ou não existiam em certas áreas em que o cidadão-trabalhador estaria vitalmente interessado.

É essa substituição um pouco desejada ou, de outra forma, natural? na minha opinião, não é teoricamente desejada, ainda que possa ser uma fase necessária na passagem em busca de soluções melhores. Para muitas pessoas, contudo, ela foi e é ainda desejável. R. A. Dahl escreve que se a democracia é necessária para governar o Estado, ela é também necessária para governar a empresa.⁸ A pressuposição é que a empresa se tornará uma instituição política, não tanto sob a influência de circunstâncias extraordinárias, mas que deverá ser uma instituição desse tipo.

Quando falamos de circunstâncias, temos em mente dois tipos de situação: aquelas que provocam a politização das massas, como aconteceu em 1980-81, e aquelas situações de antes de 1980 e após 13 de dezembro de 1981 (a Lei Marcial), que propiciaram a politização de cima para baixo. Assim, enquanto vemos alguma "justificativa" para a politização das massas, não vemos qualquer razão válida para reconhecer a politização permanente como algo desejável. Pois, em nossa opinião, a empresa deveria lutar para ser tão eficiente quanto possível, deixando as metas políticas para serem alcançadas pelo sistema político. Agora, esse sistema está sendo mudado. Poderá superar a teoria e a prática de transformar as instituições de democracia industrial em substitutas da instituição de democracia política, mas esta não é, de forma alguma, uma conclusão definitiva. Paradoxalmente, tal situação poderá permitir a expansão da democracia direta no local de trabalho, talvez de forma mais diversificada e mais frequentemente em esquemas participativos, mais que em firmas autogerenciadas, pois algumas experiências retardaram a esperança de combinar democracia direta com eficiência econômica. Isso significaria a introdução de democracia direta por razões econômicas, mais do que políticas ou sociais. A lógica do nosso sistema fez da firma a instituição mais importante da vida política dos empregados e cidadãos, mas agora chegou a vez de aperfeiçoar o sistema político como tal, o que significa que as instituições de democracia industrial, localizadas dentro da firma econômica, deverão desempenhar papéis mais limitados:

— podem ser um poder contrabalanceador das burocracias indus-

triais e outras. Se as burocracias têm várias possibilidades de articular e representar seus interesses, então os empregados também têm esse direito;

– podem ser uma forma de participação para aqueles empregados que estejam interessados nos problemas de produção e nos problemas econômicos, tanto quanto para outros que estejam interessados nos sistemas de tomada de decisão, onde, contudo, o papel dominante será aquele que os executivos apontarem em cima de *expertise* e sua autoridade resultante. Isso envolveria participação no gerenciamento;

– podem adquirir uma forma de maior alcance do que a mera participação na co-gerência. Podemos reconhecer que em certas circunstâncias, decisões estratégicas poderão se feitas nos órgãos de autogerência, os quais, então, delegarão as implementações à gerência profissional. Então, o órgão de autogoverno desempenharia um papel de proprietário coletivo, mas não acreditamos que tal solução poderá ser implementada na economia como um todo, ou, melhor, em um de seus segmentos, se vai se tornar uma economia multissetorial.

Uma avaliação mais geral das razões do interesse na autogerência na Polônia, inequivocamente, leva à conclusão de que esse interesse é uma expressão da procura por uma alternativa para o socialismo autoritário, que pode ser entricheirada aqui por causa da dominação unilateral do sistema político sobre o econômico ou, para colocar de forma diferente, devido à dominação do sistema de mobilização sobre o sistema de articulação de interesses. A crença de que as soluções de autogerência são uma panacéia para as fraquezas, não apenas da nossa economia, mas também da política, alcançaram seu apogeu em 1981. Na minha opinião, essa era uma crença romântica, mas isso não significa que as razões que a fizeram surgir eram da mesma natureza.

O destino da autogerência está agora melhor conectado com o destino da gerência da reforma econômica, ou melhor, com a mudança da ordem econômica inteira. No começo dos anos 80, a reforma econômica era supostamente caracterizada por uma tendência no sentido de uma maior autonomia, autofinanciamento e autogerência da empresa. Socialização, como foi previsto então, iria ser algo maior do que descentralização: era não apenas uma tentativa de tornar a economia parcialmente autônoma vis-à-vis a política, mas também uma tentativa de tornar a sociedade parcialmente autônoma pela criação de estruturas intermediárias entre o poder central e a sociedade, estruturas intermediárias desfrutando de confiança social. Isso era feito sob a pressão das massas, não tanto na Iugoslávia, onde ela foi uma parte da revolução de cima para baixo. Uma década de experiência mostrou que o socialismo de autogoverno pode apenas fornecer articulação e representação dos interesses dos empregados, mas não uma participação real nas decisões, as quais freqüentemente eram tomadas fora da empresa, e mes-

mo fora da economia.⁹ Ele promoveu uma fraca forma de assistência “corporativo-consultivo”, o qual se constituiu, eventualmente, em um estágio no caminho para o sistema democrático. Definitivamente, o número de atores admitidos no processo de barganha aumentou. Em suma, socialização na forma de doses seletivas de democracia industrial – sindicatos parcialmente independentes, órgãos de autogerência parcialmente independentes – sem transformação no sistema político como um todo, foi apenas um pequeno passo adiante na direção da redistribuição do poder. Os princípios dessa redistribuição não estavam plenamente claros, o que em suma, tornou a reforma da socialização mais uma reforma de “democracia concessionária”, dada a uma sociedade em revolta, do que uma manifestação de alguma concepção coesiva de reformar, que foi uma necessidade premente da economia polonesa.

Esse tipo de concepção começou a emergir no final dos anos 80, quando programas de mercantilização e privatização começaram a ser formulados. A convicção geral é que mercado e democracia vão bem juntos e que, de fato, eles são mecanismos complementares. Talvez, pode-se acrescentar, isso seja apenas quando temos em mente o mercado privado e a democracia representativa. Os problemas são mais complexos com a democracia participativa. Nela os mecanismos de mercado podem criar contextos diferentes de autogerência de empregados: hostil, amigável e neutro. Eles são geralmente hostis em ambos os casos extremos tanto em uma economia privada quanto em uma economia de Estado, como nos Estados Unidos e na União Soviética. Pode-se destacar, contudo, que poderia ser que, nesses casos, os obstáculos mais importantes não fossem tanto o mercado, quanto a cultura do capitalismo (EUA) ou do sistema político (URSS). Simultaneamente, há alguns exemplos positivos de como implementar a idéia de democracia participativa em um ambiente de mercado, o que diversifica as formas de relações de propriedade. Na Polônia, o casamento do mercado com a democracia participativa, na nossa opinião, está, a longo prazo, dificilmente garantido, ainda que essa opção tenha tido forte apoio dos empregados da indústria. O problema é que não é certo que as formas que estão por trás dessa posição estarão ainda fortes o suficiente no futuro. Esperanças à parte, percebe-se que, desde a segunda metade dos anos 80, nos sistemas de autogerência dos empregados, estas forças estão diminuindo, especialmente entre os poloneses em geral. Uma alternativa para a economia controlada pelo Estado e para a economia socializada é a economia de mercado privado, cujas regras parecem, agora, ser largamente aceitas pela sociedade polonesa. Contudo, elas têm sido testadas sem um maior conhecimento pessoal de como tal economia funciona. É muito característico que, ao mesmo tempo, existam alguns métodos da economia estatal que as pessoas gostariam de reter.

Dessa forma, é aceita por muitos a visão da assim chamada “economia de mercado social”.

Poderíamos talvez, ser mais precisos. Vários estudos empíricos mostram uma rejeição geral do velho sistema econômico baseado na propriedade do Estado, gerência por comando e normas de comportamento características da ordem controlada pelo Estado, isto é, igualitarismo. Existem poucos suportes para esse sistema. O problema é que, simultaneamente, com a rejeição do sistema controlado pelo Estado, o “sistema de mercado livre” se torna mistificado. Isso aparece, para o povo, não apenas como um regulador racional para os mecanismos econômicos e sociais, mas também como uma espécie de utopia que rápida e facilmente poderá trazer bons resultados.

Dizemos que é possível prever a direção das mudanças nas relações de propriedade na economia polonesa (no sentido da economia privada e no sentido da mercantilização da economia). Ao mesmo tempo, é quase impossível sermos precisos na previsão do escopo do setor econômico socializado. É muito provável que instituições de democracia industrial desempenharão um importante papel em vista do fato de a propriedade do Estado fazer privatizações em larga escala, praticamente impossíveis dentro de um período muito curto de tempo. Várias burocracias são mais a favor de mudanças graduais em direção de um controle social maior sobre a vida econômica, do que de um corte radical com o passado. Por outro lado, grupos profissionais poderão optar por mudanças de maior alcance, isto é, completamente livres, mais do que por um “mercado controlado”, ou mesmo por privatização em uma escala mais ampla.

Deste raciocínio, pode-se tirar a conclusão de que atribuímos grande importância ao papel das forças sociais dentro do sistema econômico. De fato, o papel das forças sociais na década de 80 foi de importância incomensurável. Foi o principal fator na caracterização da cena política, assim como da econômica. Ainda que esse papel talvez tenha se tornado menos importante nos anos 1990 – que parece se tornar a década econômica – esse papel não deve ser subestimado. Antes de tudo, forças sociais conectadas com a propriedade privada não são mesmo fortes. Seu processo de criação é vagaroso. As possibilidades de acelerar esse processo são muitas, mas os fatores de retardação são dignos de nota.

Para responder a essa questão, devemos refletir sobre o propósito subjacente à tendência de expandir o controle direto sobre a empresa pelos empregados. Parece-nos que isso poderia, primeiramente, servir para a melhor satisfação de seus interesses materiais. Pode, também, servir para satisfazer outras necessidades dos trabalhadores, tais como a democracia, a necessidade de realizações pessoais, o desejo de estar com os outros, a necessidade de filiação etc... Os trabalhadores po-

derão ter em mente os seus interesses mais imediatos, mais do que os interesses de longo alcance da firma ou da economia, especialmente em condições de crise, quando seus padrões de vida estão ameaçados. Isso é o mais provável porque, nestas situações, o mercado é ainda mais fraco e as pessoas têm inclinações, aprendidas através de experiências passadas, "para regulá-las" através de pressões sociais políticas.

Não parece ser isso que a experiência polonesa demonstra durante os primeiros meses do programa de estabilização, levado a cabo pelo governo do "Solidariedade" em 1990. Mesmo o aumento de preços e outras decisões precipitadas foram aceitas pelo povo, porque a confiança no governo eleito democraticamente é grande. A questão é até quando isso pode durar.

Se assumimos que, em nome dos interesses básico-econômicos dos empregados, devem ser tomadas decisões, então, a questão que surge é se a gerência pode ser privada desse direito e, mais ainda, se também o podem os clientes, os fornecedores, o público em geral etc. E essa linha de argumentação pressupõe que a democracia industrial, no nível da empresa, não é nada mais nada menos que a contra-partida da democracia política.¹⁰ Se fosse assim, alguns argüem, entraria em conflito com os princípios da divisão do trabalho, efetividade de operações, lucros, etc. A resposta dos defensores do autogerenciamento contribuem para o aumento da eficiência do trabalho, melhor organização, maior satisfação dos trabalhadores etc. Esse debate é conhecido há décadas, mas está chegando à Polónia agora. Até o momento existem muitas razões para apoiar a idéia e a prática da autogerência e, antes de tudo, lutar contra as burocracias existentes e o sistema que representam. Mas, agora, quando o sistema está teoricamente destruído, questões de utilidade prática sobre a participação e a autogerência são levantadas. O fato é que a necessidade de democracia que os empregados de uma empresa industrial possam ter, pode ter satisfeita dentro da empresa, em instituições representativas do tipo parlamentar, autogoverno local etc.

Resumindo, o problema básico não é tanto os problemas da democracia industrial, quanto os da democracia política. Nelas cada cidadão deve ter a oportunidade de realizar seus interesses gerais. Os interesses remanescentes poderiam, decerto, ser realizados dentro da empresa, mas é óbvio que eles poderiam levar em conta problemas de menor importância, aqueles que são prerrogativas dos sindicatos ou instituições participativas, mais do que órgãos de autogerência. Isso poderia significar que a politização excessiva de uma empresa resultaria na aceitação do local de trabalho como ponto nevrálgico da organização da vida política e social no país em detrimento da sociedade e da economia como um todo. Não o local de trabalho, mas o de residência de-

veria ser o lugar onde as necessidades dos cidadãos fosse realizadas, como acontece no Ocidente.

Não existem conclusões definitivas provenientes das considerações dos fatores políticos, econômicos ou sociais. Existem muitas configurações possíveis e, de certa forma, vários cenários são possíveis. A situação é um grande fluxo que requer cautela para alcançar um quadro "transparente", não apenas em um futuro longo, mas em uma perspectiva a curto prazo. Dessa forma, propomos a tese acerca de uma economia multissetorial, enquanto o resultado de um compromisso de uma realidade econômica pós-socialista. Entre as forças que atuam nessa direção estão: aspirações participativas dos empregados, ameaças aos padrões de vida da população, resultantes das crises econômicas prolongadas, que encorajam os empregados industriais a reterem o controle sobre a economia, a ausência de capital para a aceleração da privatização etc. Ainda que uma firma plenamente autogerenciada, não vá se tornar uma forma dominante de organização industrial em um futuro próximo, a previsão que poderia ser feita é que vários esquemas de participação e de co-determinação estão tendo grandes chances de florescer.

Conclusões

Nos escritos ocidentais, os processos de transformação na Europa Central do Leste são, freqüentemente, apresentados como um resultado de movimentos de oposição, os quais são chamados de revisionismo, movimento dissidente, sociedade alternativa, *underground* etc. O denominador comum de todas as afirmações desses movimentos é que sem pressão das massas não há possibilidade real de transformação do sistema tipo soviético.

Simultaneamente, uma outra pressuposição é feita, nomeadamente aquele de que quaisquer tentativas de reformas do sistema vindas de cima acabam por fracassar porque as burocracias do partido-estado são inábeis para revitalizar a si mesmas, isto é, para mudar o partido por dentro. A única alternativa real para a sociedade é a estratégia advogada pela oposição para a qual, no caso da Polônia, deveria ser a construção de uma sociedade civil, um tipo de sistema de auto-organização. A demanda por autogerência, tanto nas unidades industriais ou territoriais, foi supostamente aquelas de idéias organizadas para um novo tipo de ideologia que poderia unir o povo daquela parte da Europa, uma ideologia que visasse reduzir a versão dogmática do marxismo-leninismo formulada principalmente sob experiências práticas da União Soviética.

Em ambos os casos, da Iugoslávia e da Polônia, o desenvolvimento de uma estratégia de democracia industrial não significa inicialmente

a rejeição do sistema como um todo, mas apenas a sua transformação interna e parcial. Os propósitos têm um caráter adaptativo mais do que um caráter sistêmico. Brevemente colocados, foram um compromisso estratégico encorajado tanto pelos grupos reformista-liberais, dentro do estabelecimento do velho regime, quanto pelas forças moderadas, dentro da oposição política. A estratégia da democracia industrial foi uma estratégia de mudança avançada e o método foi o "passo a passo", no qual, ambos os lados puderam caminhar juntos. O poder central tratava isso como um elemento de sua estratégia de normalização, a qual requeria algumas concessões ao povo, mas não modificaria o sistema como tal. Por outro lado, forças de oposição perceberam isso como um agente de mudança social, a qual em um certo estágio poderia se tornar uma mudança radical, sistêmica.

Os acontecimentos de 1989-90 provaram que a última posição está mais próxima da realidade, mas temos que concordar que a profundidade das transformações foi além das expectativas ou das previsões de ambos os lados. Isso foi conectado com a existência de vários fatores, os quais não discutimos aqui de forma sistemática.

Notas

- 1 A. Giddens, *Sociology*, Houndmills: Macmillan, 1986.
- 2 M. Waldenberg, Z. zagadnien leninow kiej idei dyktatury proletaristu (Problems of Lenin's idea of the dictatorship of the proletariat), *Pawsiwo i Prayo*, n. 4-5, 1960.
- 3 W. Lenin, *Dziela*, Narszawa, v. 27, 1955, p. 130 (Works).
- 4 B. Horvat, *The Political Economy of Socialism*, A. S. Sharpenc., Armonk, 1982.
- 5 N. Mirszowicz and Witold Morawski, *Z badan had spoleczaym uzezestnictwem w organizacji przemyskowej* (From studies of social participation in industrial organization), Warsaw 1967.
- 6 W. Morawski, Self-management and economic reform, *Crisis and Transition. Polish society in the 1980s*, Berg, Oxford 1987, J. Morslawicz et al., eds.
- 7 W. Morawski, Industrial democracy endkeysten reform, *The Polish Sociological Bulletin*, n. 3, 1988.
- 8 R. A. Dahl, *A preface to economic democracy*, Cambridge, Polity Press, 1985.
- 9 M. Lydall, *Yugoslav Socialism: Theory and Draction* Oxford 1984.
- 10 R. Lane, From political to industrial democracy? *Polity*, 1985, n. 4.
- 11 T. G. Ash, Does Central Europe Exist? *Review of Books* New York, 1986, october 9.

Abstract

Workers' participation in a socialist country

This article examines recent transformation of workers' participation in industrial management in socialist countries with special emphasis on the Polish case. It deals with the established relationships between institutional changes at the social, economic and political levels and

changes in industrial democracy. It also sets out some projections regarding directions of the process of modernization in the several forms of industrial management for the next decades in those countries.

Rèsumé

La participation des travailleurs dans un pays socialiste

L'auteur examine les transformations récentes intervenues dans les formes de participation des ouvriers dans la gestion industrielle en pays socialiste, plus particulièrement en ce qui concerne le cas de la Pologne. Le texte porte sur les rapports établis entre les changements institutionnels à caractère social et ceux intervenus dans les domaines économique et politique, et établit des projections relatives aux directions prises par la modernisation des différentes formes de gestion industrielle de ces pays dans les prochaines décades.